



RETOMADA EPISTEMOLÓGICA: O PROTAGONISMO INDÍGENA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Isael da Silva Pinheiro¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Alan Alves-Brito²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o protagonismo indígena na pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com foco nas produções acadêmicas desenvolvidas por mestres e doutores indígenas que ingressaram e concluíram suas formações no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU). A partir da análise de dissertações, teses, artigos, capítulos e outras publicações, buscamos compreender como esses pesquisadores têm contribuído para o alargamento epistemológico do campo educacional, para a valorização dos saberes indígenas e a transformação dos espaços universitários. Fundamentado em perspectivas decoloniais e nas cosmovisões dos povos originários, o estudo evidencia que essas produções não apenas expressam a diversidade de experiências e territórios, mas também afirmam a potência política, pedagógica e epistêmica dos sujeitos indígenas na construção de uma universidade mais plural e comprometida com a equidade.

Palavras-chave: Educação Superior Indígena; Ações Afirmativas; Pós-Graduação; Decolonialidade; Interculturalidade.

EPISTEMOLOGICAL RESUMPTION: INDIGENOUS PROTAGONISM IN THE GRADUATE EDUCATION PROGRAM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This article proposes a reflection on Indigenous protagonism in the graduate program in Education at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), focusing on the academic productions developed by Indigenous masters and doctoral students who entered and completed their training in the Graduate Program in Education (PPGEDU). Through the analysis of dissertations, theses, articles, chapters, and other publications, we seek to understand how these researchers have contributed to the

¹ Indígena Guarani Nhandewa, graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio de doutorado sanduíche na University of the Fraser Valley, no Canadá. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq/UFRGS) PEABIRU: Educação ameríndia e interculturalidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3124-2101>. E-mail: isaelsp.edu@hotmail.com.

² Negro, graduado em Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre e doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), com estágios de pós-doutorado no Chile (Pontificia Universidad Catolica) e na Austrália (Swinburne University e Australian National University). Especialização em Literatura Brasileira e Doutorado em Educação (UFRGS). Professor no Instituto de Física e Pró-reitor de Ações Afirmativas e Equidade da UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5579-2138>. E-mail: alan.brito@ufrgs.br.

epistemological expansion of the educational field, the valorization of Indigenous knowledge, and the transformation of university spaces. Grounded in decolonial perspectives and the worldviews of Indigenous peoples, the study highlights that these productions not only express the diversity of experiences and territories but also affirm the political, pedagogical, and epistemic power of Indigenous subjects in building a more pluralistic university committed to equity.

Keywords: Indigenous Higher Education; Affirmative Actions; Graduate Studies; Decoloniality; Interculturality.

RETOMADA EPISTEMOLÓGICA: PROTAGONISMO INDÍGENA EN EL PROGRAMA DE POSTGRADO EN EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre el protagonismo indígena en el programa de posgrado en Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), centrándose en las producciones académicas desarrolladas por estudiantes indígenas de maestría y doctorado que ingresaron y completaron su formación en el Programa de Posgrado en Educación (PPGEDU). A través del análisis de disertaciones, tesis, artículos, capítulos y otras publicaciones, buscamos comprender cómo estos investigadores han contribuido a la expansión epistemológica del campo educativo, la valorización del conocimiento indígena y la transformación de los espacios universitarios. Con base en perspectivas decoloniales y las cosmovisiones de los pueblos indígenas, el estudio destaca que estas producciones no solo expresan la diversidad de experiencias y territorios, sino que también afirman el poder político, pedagógico y epistémico de los sujetos indígenas en la construcción de una universidad más pluralista y comprometida con la equidad.

Palabras clave: Educación Superior Indígena; Acciones Afirmativas; Estudios de Posgrado; Decolonialidad; interculturalidad.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado uma série de conquistas históricas que expandem direitos fundamentais às populações negras, indígenas, quilombolas, entre outras. As políticas de ações afirmativas em vigor no país, desde o início dos anos 2000, têm alterado o perfil das universidades brasileiras, sobretudo no que tange o número de estudantes sujeitos das políticas que, historicamente, não chegavam às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, uma marca do racismo institucional e epistemológico (Alves-Brito, 2022).

Embora ainda recente e numericamente reduzida, a presença indígena na pós-graduação carrega um potente valor epistêmico e político. Ao tensionar os paradigmas eurocentrados historicamente hegemônicos, esses estudantes afirmam outras formas de produzir e criar conhecimento, por meio da pesquisa, do ensino e da divulgação de saberes e fazeres, ampliando o escopo epistemológico dos currículos e das práticas didático-pedagógicas nas universidades.

Muitos dos estudantes indígenas atuam como lideranças em suas comunidades, desenvolvendo pesquisas conectadas às lutas pela educação diferenciada, pelos direitos territoriais e pela preservação cultural. Suas trajetórias representam, assim, um passo importante rumo à descolonização dos currículos e à efetivação de uma universidade mais plural e comprometida com a justiça cognitiva e social.

Justifica-se, portanto, a relevância deste estudo no atual contexto de debates sobre a consolidação e o futuro das ações afirmativas na pós-graduação brasileira. A hipótese basilar da discussão realizada por Alves-Brito (2022), ao analisar as dinâmicas do racismo institucional anti-indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é a de que o sistema de privilégio branco, ainda presente na instituição, acaba por naturalizar desigualdades sociais históricas que dificultam o exercício do aprofundamento das relações étnico-raciais no âmbito da UFRGS. Apesar dos avanços, como por exemplo a aprovação recente da criação de uma pró-reitoria específica para articular as políticas de ações afirmativas e equidade na instituição, a UFRGS (e ela não é uma exceção) segue sendo uma instituição conservadora, alinhada às estruturas hierárquicas de poder que operam na solidificação do racismo, em suas múltiplas intersecções com outros marcadores sociais da diferença.

Este artigo propõe uma reflexão sobre o protagonismo indígena no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS, com foco nas produções acadêmicas realizadas por estudantes indígenas que ingressaram e concluíram o mestrado e o doutorado no Programa desde 2013. A partir das políticas de ações afirmativas implementadas na instituição, busca-se compreender como essa presença tem contribuído para a transformação da universidade pública, tanto no que se refere ao acesso quanto à produção de conhecimentos comprometidos com os saberes, os territórios e as realidades dos povos originários.

A pesquisa aqui apresentada integra o plano de trabalho do estágio pós-doutoral vinculado ao projeto “Baobá: Inspirações para o Enraizamento de Políticas Afirmativas em Programas de Pós-Graduação” (Edital CAPES Nº 17/2023 Abdias Nascimento), e tem como objetivos mapear e analisar as dissertações, teses, artigos, capítulos e demais publicações produzidas por pesquisadores indígenas no âmbito do PPGEDU/UFRGS,

bem como refletir sobre os impactos dessas formações na atuação profissional dos egressos e nas comunidades às quais pertencem. Interessa-nos, sobretudo, compreender as articulações entre saberes acadêmicos e comunitários, considerando a dimensão ético-política da pesquisa e seu enraizamento nos contextos indígenas.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A investigação tem abordagem qualitativa, com caráter descritivo-analítico (Bogdan; Biklen, 2007). Segundo esses autores, a investigação qualitativa permite a análise detalhada com base em múltiplas fontes, incluindo documentos, estabelecendo relações entre as questões teóricas e o corpus material de pesquisa. No nosso caso em específico, os dados foram construídos a partir de levantamento documental junto ao PPGEDU/UFRGS, como por exemplo os Relatórios da Comissão de Ações Afirmativas, bem como a análise do currículo Lattes de cada pesquisador(a), identificando os estudantes indígenas, ingressos e egressos, no mestrado e doutorado, bem como suas produções acadêmicas.

A análise está fundamentada em referenciais que dialogam com os estudos descoloniais (Quijano, 2000), com os princípios da Interculturalidade (Ferreira, 2023) e da Educação Escolar Indígena (EEI: Brasil, 2012; Storani de Oliveira; Del Pino, 2025). Vale salientar que em publicações anteriores, como por exemplo em Alves-Brito; Da Silva Pinheiro; De Almeida (2024) e Pinheiro (2024), nós detalhamos as ideias de Descolonização e Interculturalidade, bem como os princípios da EEI e das Relações Étnico-Raciais, que são articuladas por nós para interpretar os resultados do presente estudo. Optamos, assim, por não repetir aqui a discussão. Alternativamente, convidamos as pessoas leitoras a conferirem e revisarem os artigos acima citados, em que discutimos as nossas principais ideias e expandimos as lentes analíticas necessárias para interpretarmos de que forma a colonização tem sido atroz, em lógicas de ser, saber e poder, para as pessoas indígenas e também para outras existências racializadas no Brasil. A Interculturalidade, que nasce nos territórios indígenas, é apresentada como um lugar de resistência e de expressão humanizada dos modos de ser e de viver dos distintos povos. A EEI, enquanto um processo de escolarização diferenciado, precisa ser

construída respeitando os princípios ancestrais indígenas, em que distintas cosmologias (filosofias) estão em tensão: as dos povos originários e aquelas que fundamentam o projeto moderno e contemporâneo de conhecimento ocidental hegemônico. As Relações Étnico-Raciais surgem, assim, dessas tensões, entre mundos construídos a partir de distintos aparatos epistemológicos e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ações afirmativas e protagonismo indígena no PPGEDU/UFRGS

A presença indígena na pós-graduação da UFRGS constitui uma conquista recente (2011) e significativa no processo de democratização do Ensino Superior no Brasil. Trata-se de um marco que não apenas amplia a diversidade de vozes e saberes dentro do espaço acadêmico, como também evidencia as limitações e tensões estruturais de um sistema universitário historicamente organizado em torno de corpos, epistemologias e trajetórias não indígenas.

Com base na análise dos documentos sistematizados no Banco de Dados do Projeto de Pesquisa “Ações Afirmativas no PPGEDU/UFRGS” e nos Relatórios da Comissão de Ações Afirmativas, que estão públicos na página web do PPGEDU³, observa-se que a presença de estudantes indígenas na pós-graduação *stricto sensu* da UFRGS tem se dado por diferentes vias de ingresso, muitas vezes marcadas pela ausência de procedimentos claros, institucionalizados e de acesso ampliado. A síntese dos dados evidencia que programas de pós-graduação no campo da Educação, das Letras, da Antropologia Social, da História, da Psicologia Social e do Serviço Social têm apresentado maior abertura, especialmente em razão da atuação de docentes engajados(as) com as políticas de inclusão. Ainda assim, o quadro geral é de acesso desigual, sustentado por iniciativas localizadas, e não por uma política institucional consolidada.

Os documentos também apontam que as ações afirmativas específicas para povos indígenas não estão presentes em todos os programas, o que gera a necessidade

³ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgedu/>. Acesso em: 4 Jun. 2026.

de articulações políticas permanentes, da formulação de editais diferenciados e da criação de mecanismos próprios de seleção. Além disso, registra-se que muitos processos seletivos permanecem ancorados em critérios técnico-acadêmicos hegemônicos, os quais se distanciam dos modos indígenas de produção e validação do conhecimento. Isso impõe aos candidatos indígenas um desafio adicional: adequar-se às exigências da academia, ao mesmo tempo em que preservam a coerência identitária e epistemológica com seus povos, territórios e modos de vida.

Outro aspecto ressaltado nos documentos é a fragilidade das informações institucionais. Até recentemente, a UFRGS não dispunha de mecanismos de registro étnico-racial sistemático para estudantes da pós-graduação, o que dificulta a produção de estatísticas consistentes sobre a presença indígena nesse nível de ensino. Apesar disso, os registros disponíveis permitem identificar que os primeiros ingressos ocorreram a partir de 2011, nos Programas de Pós-Graduação em Educação e História, impulsionados pelo apoio de bolsas da Fundação Ford.

A partir de 2016, com a instauração da Portaria Normativa MEC 13/2016 (Venturini, 2021), alguns programas começaram, de forma autônoma, a criar políticas afirmativas específicas para o ingresso de indígenas. Foram pioneiros nessa iniciativa os programas de Antropologia Social, Educação, História e Administração, seguidos por outros nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades. Em 2022, mais de 20 programas de pós-graduação já haviam aderido a algum tipo de ação afirmativa.

A institucionalização dessa política, no entanto, só ocorreu em 2023, com a aprovação da Resolução 015/2023, que criou uma política afirmativa unificada para os Programas de Pós-Graduação da UFRGS, em que um de nós (AAB) foi central para a criação da Resolução, que estabelece a reserva mínima de 30% das vagas para pessoas pertencentes a grupos historicamente marginalizados: pretos e pardos (negros); indígenas; quilombolas; pessoas com deficiência; trans e travestis; refugiados e migrantes em condição de vulnerabilidade social. A criação dessa política representa um avanço significativo na consolidação de um projeto de universidade mais diversa e comprometida com a justiça social.

Contudo, conforme apontam os documentos analisados e a literatura especializada (Baniwa, 2006; Krenak, 2019; Ferreira, 2020), o acesso formal não elimina os desafios vivenciados pelos estudantes indígenas no cotidiano acadêmico. Entre eles, destacam-se as barreiras epistemológicas decorrentes da hegemonia de referenciais eurocêntricos, a insuficiência de políticas de permanência específicas (moradia, alimentação, transporte, questões atitudinais e/ou aquelas que envolvem acompanhamento de saúde mental e outras violências), o racismo institucional, a solidão acadêmica e a necessidade constante de construir pontes entre a ciência ocidental e os saberes indígenas. Essas condições, reiteradas em diferentes pesquisas (Bergamaschi; Calazans, 2024; Pinheiro, 2024), mostram que a presença indígena na pós-graduação não se esgota na garantia do ingresso, mas exige políticas de acompanhamento, reconhecimento e valorização das epistemologias dos povos originários no interior das IES.

A permanência indígena na pós-graduação exige, portanto, mais do que vagas. Requer o reconhecimento das lógicas próprias de produção do conhecimento dos povos indígenas, o respeito à sua cosmovisão e o fortalecimento de espaços coletivos de apoio e protagonismo, como os coletivos de estudantes. Nessa perspectiva, a presença indígena não é apenas uma presença estatística, mas sim uma força transformadora, capaz de tensionar, reinventar e descolonizar a própria universidade.

Com base na pesquisa realizada, que, como já dito, envolveu a análise de documentos institucionais, relatórios e tabelas construídas a partir de bancos de dados, observa-se que o PPGEDU tem se destacado, desde 2013, pela presença de estudantes indígenas. Os dados indicam (Quadro 1) que três já obtiveram o título de doutorado, cinco estão atualmente matriculados nessa etapa, dez concluíram o mestrado e outros dois encontram-se em curso. Ao todo, foram contabilizadas 20 vagas ocupadas por indígenas entre mestrado e doutorado. São 10 homens e 08 mulheres.

Quadro 1. Trabalhos de Mestrado e Doutorado, em conclusão e/ou em andamento, realizados por pessoas indígenas no PPGEDU/UFRGS.

DOUTORADO			
Pesquisador(a)/ Etnia	Título da Pesquisa	Origem	Finalização
1. Bruno Ferreira (Kaingang)	Ũn Si Ag Tũ Pẽ Ki VẽnhnKajrãnrãn Fã. O papel da escola nas comunidades kaingang	Terra Indígena Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS.	2020
2. Susana Andréa Inácio Belfort (Kaingang)	Tra(n)çando caminhos: A História de vida de Andila Kaingang.	Terra Indígena Serrinha, Município de Ronda Alta/RS	2023
3. Isael Silva Pinheiro (Guarani Nhandewa)	Arandu: a Pedagogia Guarani das Belas Palavras	Aldeia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra/PR	2024
4. Osmar Cordeiro da Silva (Tukano)	Os estudantes indígenas e as políticas de ações afirmativas na Universidade	São Gabriel da Cachoeira, Amazonas	Em andamento
5. Fábio Júnior Vaz Paliano (Kaingang)	Estudo da prática pedagógica com ênfase na educação kaingang.	Terra Indígena de Nonoai, Município de Nonoai/RS	Em andamento
6. Angélica Domingos (Kaingang)	Epistemologias Indígenas e a descolonização da Universidade: vivências e experiências dos povos indígenas na territorialização dos espaços de conhecimento.	Terra Indígena Votouro, Município de Benjamin Constant do Sul/RS	Em andamento
7. Raquel de Cássia Rodrigues Ramos (Kubeo)	Literatura infantil indígena: acesso a todas as crianças	Alto rio Uaupés no Território Indígena do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira/AM	Em andamento
8. Simone Maria dos Santos Vanderley (Wassu Cocal)	Formação de Professores Indígenas em Alagoas: Práticas Educativas, Memória e Oralidade como Fundamentos de uma Perspectiva Decolonial na Educação Escolar Indígena	Aldeia Indígena Wassu Cocal/AL	Em andamento

MESTRADO			
Pesquisador(a)/ Etnia	Título da Pesquisa	Origem	Finalização
1. Zaqueu Key Claudino (Kaingang)	A Formação da Pessoa nos Pressupostos da Tradição: Educação Indígena Kaingang	Terra Indígena da Guarita, município de Tenente Portela/RS	2013
2. Bruno Ferreira (Kaingang)	Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar	Terra Indígena da Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS	2014
3. Maria Inês Freitas (Kaingang)	Escola Kaingang - Concepções cosmo-sócio-políticas e práticas cotidianas	Terra Indígena da Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS	2017
4. Dorvalino Cardoso (Kaingang)	Kanhgág Jykre Kar - filosofia e educação Kanhgág e a oralidade: uma abertura de caminhos	Terra Indígena Votouro, município de Benjamin Constant do Sul/RS	2017
5. Josias Loureiro Melo (Kaingang)	A escola indígena kaingang e os desafios na educação infantil: um estudo na Aldeia Pinhalzinho, Terra Indígena Nonoai, RS	Aldeia Pinhalzinho, Terra Indígena Nonoai/RS	2019
6. Ivone Jagnigri da Silva (Kaingang)	Mỹ Ge Ke Kanhgág Ag Jykre Pě Ki: educação na concepção kaingang;	Terra Indígena da Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS	2020
7. Raquel de Cássia Rodrigues Ramos (Kubeo)	Kubai, o Encantado: literatura infantil indígena em foco	Alto rio Uaupés no Território Indígena do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira/AM	2021
8. Julio Pedroso da Silva (Kaingang)	O diálogo entre saberes tradicionais e saberes escolares: um estudo sobre os desafios para a valorização da cultura do povo Kanhgág de Nonoai/RS	Terra Indígena de Nonoai, Município de Nonoai/RS	2021
9. Woie Kiri Sobrinho Patté (Xokleng)	Escola Indígena Diferenciada - Retomada da Educação Xokleng	Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ/SC	2023
10. Fernando Loureiro Luchetta	Saberes do Território em uma Escola Kaingang	Terra Indígena de Nonoai, Município de Nonoai/RS	2023

(Kaingang)			
11. Beatriz Ferreira (Kaingang)	Práticas Corporais Inter epistêmicas Tradicionais do Povo Kaingang	Terra Indígena Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS	Em andamento
12. Marlei Angélica Bento (Kaingang)	Lugares de Memória na Terra Indígena Guarita	Terra Indígena Guarita, Municípios Redentora e Tenente Portela/RS	Em andamento

Fonte: elaboração pelos autores. Os títulos das teses/dissertações foram obtidos no Currículo Lattes.

Destaca-se, ainda, que a presença indígena no PPGEDU antecede a implementação da política de ações afirmativas da UFRGS (Resolução 015/2023). A partir desse marco, embora de forma ainda tímida, essa presença vem crescendo. Entretanto, a pós-graduação continua configurando-se como um espaço hegemonicamente eurocentrado, em que os saberes indígenas, em grande medida, são tratados como objeto de estudo e não como fundamento epistemológico. Nesse cenário, a inserção de estudantes indígenas não apenas introduz novas pautas, mas também tensiona os modos tradicionais de produção de conhecimento, ampliando as possibilidades de diálogo entre epistemologias distintas. Essa “educação pela hegemonia” impõe desafios éticos e políticos, em que muitos estudantes indígenas enfrentam o dilema de traduzir suas cosmologias para a linguagem acadêmica, o que, por vezes, implica perdas de sentido. Ao mesmo tempo, transformam suas pesquisas em espaços de afirmação identitária e na construção de pontes entre mundos, abrindo caminhos para uma ciência mais plural.

A análise de dissertações e teses de estudantes indígenas na UFRGS, especialmente na área da Educação (Quadro 1), revela um protagonismo crescente na produção de saberes enraizados em suas comunidades, histórias e lutas. Temas como escola indígena, língua, território, espiritualidade, pedagogias próprias e racismo institucional emergem com centralidade.

Do ponto de vista metodológico, destacam-se pesquisas que valorizam a oralidade, o diálogo com anciãos e lideranças, e a escrita como expressão política, mais do que mera exigência acadêmica. Essa produção desafia os cânones científicos tradicionais e exige da universidade abertura para novos modos de validar o

conhecimento. No entanto, ressaltamos que o protagonismo indígena na pós-graduação não é mensurado apenas por números ou pela presença física. Trata-se de um protagonismo epistêmico, político e afetivo, pois esses estudantes constroem percursos em que a permanência está ligada à resistência, e a pesquisa acadêmica se converte em ferramenta de luta.

Mais do que ocupar vagas, os indígenas têm desafiado a universidade a se repensar nos currículos, nas práticas avaliativas, nos modos de fazer ciência. Trata-se de uma travessia complexa, mas profundamente transformadora, tanto para quem chega quanto para quem já estava.

A presença indígena na pós-graduação é, assim, uma conquista coletiva. Suas contribuições têm provocado mudanças metodológicas, nos modos de escrever e nas formas de produzir conhecimento, incorporando metodologias que valorizam o cuidado, o respeito à ancestralidade, aos membros da comunidade e aos modos de ser de cada povo. Os trabalhos produzidos denunciam as diversas formas de violência, nos territórios indígenas, na universidade e em outros espaços. Ao mesmo tempo, propõem caminhos de reexistência e superação por meio de diálogos interculturais e intepistêmicos, afirmando as formas de conhecimento indígenas. Trazem as línguas originárias nos resumos, adotam uma postura crítica diante da colonialidade e reafirmam outras epistemologias possíveis no ambiente acadêmico.

Perfil dos pesquisadores indígenas no PPGEDU/UFRGS

A presença indígena no PPGEDU/UFRGS, promovida a partir das políticas de ações afirmativas, vem se consolidando ao longo da última década, ainda que de forma tímida em termos quantitativos. O levantamento realizado, sumarizado no Quadro 1, identificou 18 pesquisadores indígenas com ingresso nos cursos de mestrado e doutorado, representando diferentes povos, territórios e campos de interesse acadêmico.

Entre os povos identificados estão os Guarani, Kaingang, Tukano, Xokleng, Kubeo, evidenciando uma diversidade étnica que contribui para a pluralização das epistemologias presentes no programa. Destaca-se que boa parte desses estudantes

mantém vínculo direto com suas comunidades de origem e realiza pesquisas situadas nos próprios territórios indígenas, o que revela um compromisso ético-político com os coletivos dos quais fazem parte. Muitos deles são bilíngues, em que o português é a segunda língua.

Em relação à distribuição por curso, observa-se uma presença equilibrada entre mestrado e doutorado, com um número expressivo de egressos que já concluíram suas formações e outros que seguem em curso. Entre os casos analisados, há registros de pesquisas iniciadas desde 2013 até os anos mais recentes (2025), o que indica uma continuidade no ingresso de estudantes indígenas no programa, especialmente após a consolidação da política de cotas na pós-graduação.

Os temas das dissertações e teses revelam forte enraizamento territorial e epistemológico, com ênfase em pedagogias indígenas, práticas de educação diferenciada, cosmologias e espiritualidades, histórias de vida, lutas por direitos, ecologia dos saberes e articulações entre universidade e comunidade. Muitos trabalhos são desenvolvidos em diálogo direto com escolas indígenas, aldeias, lideranças e contextos comunitários, demonstrando que a pesquisa não se dá de forma descolada da realidade social dos povos indígenas.

Outro aspecto relevante diz respeito à orientação (aconselhamento) dos trabalhos, que em sua maioria é assumida por docentes engajados com a agenda da interculturalidade crítica, da descolonização do conhecimento e das ações afirmativas. A repetição de nomes como da Professora Dra. Maria Aparecida Bergamaschi, por exemplo, indica a atuação de núcleos docentes que vêm assumindo o compromisso com a formação de pesquisadores indígenas e com o acompanhamento sensível dessas trajetórias. Bergamaschi é uma referência não indígena no campo da educação, e pioneira, na UFRGS, desses estudos.

A análise dos dados mostra que os estudantes ingressam com percursos diversos: há lideranças tradicionais, professores indígenas, jovens ativistas, artistas, pesquisadores comunitários. Essa pluralidade de trajetórias fortalece a ideia de que não se trata apenas de uma política de inclusão, mas de uma reconfiguração do próprio

campo da educação, abrindo espaço para que outras experiências, saberes e modos de vida se expressem na universidade.

Em suma, o perfil dos estudantes indígenas no PPGEDU/UFRGS aponta para a construção de um programa de pós-graduação mais plural, situado e comprometido com as realidades locais. Suas trajetórias e pesquisas são atravessadas por múltiplas dimensões — política, ética, epistêmica e espiritual —, desafiando permanentemente a universidade a abrir-se ao diálogo com outras formas de conhecimento e de existência.

Esse compromisso se materializa na atuação dos egressos que, após concluírem suas pesquisas, passam a integrar ou fortalecer movimentos e organizações articuladas na defesa dos direitos indígenas. Entre os mestres titulados pelo programa, observa-se um retorno significativo às suas comunidades para atuar na docência em escolas de suas aldeias, enquanto outros deram continuidade à formação acadêmica ingressando no doutorado, tanto na UFRGS quanto em outras instituições do país. Há também aqueles que hoje ocupam cargos estratégicos na formulação de políticas públicas, como na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

No âmbito do doutorado, destacam-se trajetórias pioneiras. Bruno Ferreira, do povo Kaingang, tornou-se o primeiro doutor indígena pela UFRGS e, posteriormente, o primeiro professor indígena efetivo da Faculdade de Educação da instituição, atuando inclusive na pós-graduação e ocupando, recentemente, uma cadeira no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd/RS). Mais recentemente, Isael Silva Pinheiro, do povo Guarani, consolidou a inserção internacional do programa ao realizar parte de seus estudos na University of the Fraser Valley (UFV), no Canadá. Sua pesquisa, que figurou entre as cinco teses de destaque do programa em 2024, trouxe contribuições fundamentais para os estudos interculturais (tal qual a pesquisa de Bruno Kaingang) e para as redes de colaboração global da universidade. Atualmente, Isael atua como Analista em Políticas Educacionais na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e como Coordenador Subnacional da Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE).

Essas trajetórias evidenciam que o retorno social desses pesquisadores é imediato e multifacetado, fortalecendo tanto a base comunitária quanto as instâncias

de poder e decisão. Seja na docência nas aldeias, na liderança de movimentos sociais, na internacionalização da pesquisa ou na gestão de políticas educacionais de estado, estes intelectuais transformam suas conquistas acadêmicas em ferramentas de emancipação e soberania para os seus povos, ressignificando o papel social da universidade pública.

Produções acadêmicas de mestres e doutores indígenas no PPGEDU/UFRGS

A presença de estudantes indígenas nos cursos de mestrado e doutorado do PPGEDU/UFRGS, embora recente, tem gerado um conjunto expressivo e significativo de produções acadêmicas. O levantamento realizado, com base nos currículos disponíveis na plataforma Lattes, identificou publicações de artigos científicos, livros, capítulos de livros e resumos de pesquisadores indígenas com titulação de mestre e doutor, bem como de estudantes atualmente vinculados ao programa.

Até o momento da coleta dos dados, foram identificados 18 pesquisadores indígenas vinculados ao PPGEDU/UFRGS. Dentre eles, alguns já concluíram seus cursos, outros seguem em processo de formação, e uma parte ainda não possui produção. Destaca-se que, mesmo diante dos desafios enfrentados no acesso e permanência na pós-graduação, esse grupo tem se afirmado com protagonismo nos campos da pesquisa, da escrita e do pensamento crítico.

As produções analisadas cobrem uma ampla diversidade de temas que dialogam diretamente com os saberes originários, a educação escolar indígena, as cosmologias e espiritualidades dos povos, os direitos territoriais, os enfrentamentos ao racismo, as pedagogias de(s)coloniais, a interculturalidade crítica e os impactos das políticas públicas.

Somente em relação aos artigos científicos, observa-se um número expressivo de publicações em periódicos nacionais e internacionais, com destaque para autores como Isael da Silva Pinheiro, Bruno Ferreira, Osmar Cordeiro da Silva, Dorvalino Cardoso e Angélica Domingos, cujas contribuições têm dialogado com diferentes campos do conhecimento.

No que diz respeito à produção de livros, identificaram-se obras organizadas ou individualmente publicadas, como nos casos de Bruno Ferreira, Isael Pinheiro e Osmar

Cordeiro, com títulos que abordam a educação diferenciada, a interculturalidade, os processos de ensino-aprendizagem indígenas e a valorização das línguas e territórios ancestrais. Os capítulos de livros, por sua vez, revelam uma forte articulação entre escrita acadêmica e militância político-pedagógica, tratando de experiências formativas, memórias, cosmologias e práticas educativas enraizadas nos contextos comunitários.

A análise dos resumos publicados em anais de eventos acadêmicos também evidencia a participação ativa desses pesquisadores em congressos, colóquios e seminários, nos quais compartilham suas trajetórias e reflexões sobre o lugar da universidade na vida indígena, a luta por políticas públicas e a afirmação identitária. Essa atuação é especialmente importante para tensionar as estruturas acadêmicas ainda baseadas em lógicas coloniais, e reafirmar o lugar dos povos indígenas como sujeitos produtores de conhecimento.

É importante destacar que muitas dessas produções não apenas representam um gesto de afirmação epistêmica, mas também estão profundamente comprometidas com as comunidades de origem dos autores, constituindo pontes entre o saber acadêmico e os modos de vida indígenas. As pesquisas realizadas por esses estudantes, muitas vezes, emergem de demandas coletivas e se destinam à construção de caminhos para a educação indígena diferenciada, a soberania dos territórios e a resistência cultural.

Assim, os dados analisados demonstram que o ingresso de estudantes indígenas no PPGEDU/UFRGS, por meio das ações afirmativas, não apenas amplia o acesso à pós-graduação, mas transforma qualitativamente o modo como a produção de conhecimento é concebida e praticada no interior da universidade. Ao afirmarem outras formas de pensar, narrar e pesquisar, esses mestres e doutores indígenas rompem com silêncios históricos e contribuem para a construção de uma universidade comprometida com a pluralidade epistêmica, a justiça social e a descolonização dos saberes.

A análise das produções acadêmicas realizadas por mestres e doutores indígenas no âmbito do PPGEDU/UFRGS revela uma diversidade temática que expressa o enraizamento dessas pesquisas nos territórios, nas lutas e nos modos próprios de existir e conhecer dos povos originários. Trata-se de uma produção que se distancia das

abordagens neutras ou apartadas da realidade, evidenciando o compromisso ético-político dos pesquisadores indígenas com suas comunidades de origem, com a transformação da universidade e com a descolonização dos saberes.

Um dos eixos mais presentes nas produções é a EEI e a Interculturalidade, abordadas sob múltiplas perspectivas. Diversos trabalhos discutem a construção de currículos diferenciados, a valorização dos processos próprios de aprendizagem, o papel da escola indígena na reprodução cultural e os desafios enfrentados por professores e lideranças no cotidiano das aldeias. A partir de uma perspectiva crítica, essas pesquisas reivindicam uma educação que dialogue com os saberes tradicionais e que rompa com as práticas homogeneizadoras ainda predominantes nas políticas públicas e nos projetos pedagógicos.

Outro eixo fortemente presente nas produções é aquele que trata das cosmologias, espiritualidades e epistemologias indígenas. Os textos que se inserem nesse campo propõem um giro epistêmico em direção aos modos próprios de pensar, sentir e viver dos povos originários, reafirmando o lugar das cosmopolíticas indígenas como fundamentos para a construção de uma ciência plural. Nessas produções, a oralidade, o encantamento, o bem viver, o parentesco e as relações céu-terra são compreendidos como dimensões constitutivas do conhecimento. Em vez de adaptar-se aos moldes acadêmicos tradicionais, os pesquisadores indígenas tensionam a universidade a reconhecer outras formas de produção e circulação de saberes.

As questões relacionadas ao território, à memória e à identidade também se fazem fortemente presentes nas produções analisadas. Muitos trabalhos resgatam narrativas e trajetórias coletivas, afirmando a centralidade do território na constituição dos sujeitos indígenas e na resistência aos processos históricos de apagamento. Ao trazerem à tona memórias e experiências de seus povos, os autores indígenas reconfiguram o lugar da pesquisa acadêmica como um espaço de escuta, de restituição e de comprometimento com a continuidade cultural.

Outro conjunto de trabalhos tem se dedicado à análise das ações afirmativas, da permanência e das lutas no ensino superior. Neles, a universidade aparece como um espaço de disputa, onde os estudantes indígenas enfrentam barreiras institucionais,

epistemológicas e simbólicas. Ao mesmo tempo, esses trabalhos apontam para a potência das ações afirmativas como instrumentos de democratização do acesso e de transformação da universidade. São produções que não apenas denunciam o racismo estrutural e as formas de exclusão acadêmica, mas também anunciam práticas de resistência e estratégias coletivas de permanência, como os grupos de apoio e as redes de solidariedade entre estudantes indígenas.

Por fim, emergem também reflexões sobre educação antirracista, políticas públicas e direitos indígenas, nas quais os pesquisadores discutem os impactos das políticas educacionais, de saúde e de reconhecimento étnico na vida de seus povos. Essas produções articulam análise crítica e ação política, propondo a construção de políticas públicas que considerem os sujeitos indígenas como protagonistas e portadores de saberes legítimos. Nessa direção, os textos contribuem para a formulação de uma agenda comprometida com a justiça social e com a reparação histórica das violências coloniais.

Assim, a produção acadêmica dos pesquisadores indígenas no PPGEDU/UFRGS não apenas amplia o repertório temático da pós-graduação em educação, mas também tensiona seus fundamentos, metodologias e objetivos. Ao inscrever suas vozes na universidade, esses autores reivindicam não apenas o lugar, mas também o direito de pensar, ensinar e produzir ciência a partir de outros mundos. Suas trajetórias e escritos(as) testemunham que não há transformação possível na universidade sem escuta, reconhecimento e abertura ao diálogo com as múltiplas epistemologias que compõem o território brasileiro.

Desafios dos estudantes indígenas no PPGEDU/UFRGS

A presença de estudantes indígenas na pós-graduação *stricto sensu* da UFRGS representa um marco na construção de uma universidade mais diversa e comprometida com a justiça social. No entanto, o ingresso formal não elimina os desafios enfrentados por esses estudantes, que se deparam com o duplo pertencimento: serem,

simultaneamente, membros de seus povos e pesquisadores em instituições acadêmicas fundamentadas em epistemologias eurocêntricas e ocidentais.

Um dos aspectos centrais do protagonismo indígena é o deslocamento epistemológico necessário para atuar na academia. Bergamaschi (2015, p. 12-13) observa que os intelectuais indígenas “são em primeiro lugar formados pela e na oralidade, e que mantêm a cultura oral como seu esteio de produção e transmissão”. Para esses pesquisadores, formas de conhecimento como a oralidade, o silêncio, a escuta, os sonhos e os cantos não apenas transmitem saberes, mas constituem métodos de produção e sistematização do conhecimento.

Conforme Luiz Henrique Eloy Amado (2019, p. 25), da etnia Terena, a única razão para deixar a aldeia e ingressar na universidade é “ter a certeza de que poderemos nos apropriar desses ‘ditos conhecimentos científicos’ e, de alguma maneira, usá-los em prol de nossa comunidade”. Essa perspectiva evidencia que os indígenas na academia buscam manter a coerência identitária e epistemológica com seus povos, enquanto navegam nos códigos da ciência ocidental.

Bruno Ferreira (2020, p. 15) reforça essa ideia ao afirmar que é fundamental “recuperar os meios próprios de reproduzir e passar às gerações os conhecimentos que ainda existem nas memórias dos nossos velhos sábios”. Assim, o protagonismo indígena envolve a articulação entre dois universos epistemológicos: o indígena e o ocidental.

Krenak (2019) alerta que mesmo debates decoloniais frequentemente se estruturam na matriz de pensamento ocidental, desprezando outras cosmogonias e epistemologias. Um exemplo disso se observa na própria intelectualização do debate dentro das universidades, onde a decolonialidade é tratada como um conceito abstrato ou metodológico, mas descolada de uma real transformação prática nas formas de habitar o mundo. Para o autor, essa limitação também se manifesta quando alternativas ecológicas ainda adotam a lógica utilitarista ocidental, tratando a Terra como um “recurso” a ser gerido de forma sustentável, em vez de reconhecê-la conforme as cosmogonias originárias, ou seja, como um organismo vivo do qual somos parte intrínseca. Quijano (2000) e Smith (2018) descrevem essa situação como colonialidade do saber e do poder, que coloca as epistemologias indígenas em posição subordinada.

Gersem Baniwa (2014, p. 19) destaca que “o desafio é como esta instituição superior formadora pode possibilitar a circulação e a validação de outros saberes, pautados em outras bases cosmológicas, filosóficas e epistemológicas”. Este cenário impõe aos pesquisadores indígenas um esforço constante de transitar entre epistemologias, construindo pontes entre ciência ocidental e saberes tradicionais.

A presença indígena na universidade não é apenas simbólica; ela representa resistência política e intelectual. E, nesse sentido, Bergamaschi (2015, p. 19) afirma que há “necessidade concreta e atual dos povos originários em estabelecerem um diálogo mais próximo com a academia e formar os seus próprios pesquisadores”. Eloy Amado (2019, p. 25), por sua vez, complementa afirmando que a universidade é “a oportunidade do pesquisador indígena, enquanto representante de seu povo, falar em nome dele”.

Colocar a ciência indígena no centro do debate acadêmico significa visibilizar epistemologias historicamente desvalorizadas e contribuir para a renovação do conhecimento. Em sinergia com essa ideia, Milton Santos (2008, p. 17-18) enfatiza que “tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências”, reconhecendo, no entanto, que qualquer tentativa de adaptação enfrenta grandes obstáculos (Santos, 2008, p. 24).

Argumentamos, assim, que não pode haver decolonialidade, de fato, sem a implicação das pesquisas acadêmicas (e dos/as pesquisadores/as) com a alteração das estratégias predatórias que têm sido impostas ao longo dos séculos aos povos originários. Não pode haver decolonialidade sem a observância ética das formas de pensar e articular o pensamento dos povos indígenas em todas as esferas da existência. Não é à toa que a pensadora indígena, da Nova Zelândia, Linda Smith, por exemplo, disserta com veemência sobre como a palavra “pesquisa” tem sido historicamente vivenciada por comunidades originárias como parte de um trauma colonial (Smith, 2018). A própria experiência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação nas IES brasileiras representa uma forma de romper com esse ciclo de opressão e expropriação de conhecimentos dos povos originários, pois os estudantes indígenas na pós-graduação, ao transitarem entre epistemologias distintas, tensionam as formas tradicionais de produção de conhecimento e ampliam as possibilidades de diálogo entre

saberes diversos. Essa atuação representa um avanço concreto na construção de uma universidade mais inclusiva, diversa e decolonial.

Argumentamos que as ideias de descolonização do ser, saber e poder, no bojo dos movimentos que pesquisadores indígenas e não indígenas têm feito nos últimos anos (Quijano, 2000; Smith 2018; Ferreira, 2023; Alves-Brito; Da Silva Pinheiro; De Almeida, 2024) potencializam, em conjunto, o momento atual que as universidades brasileiras vivenciam a partir da presença indígena nos cursos de graduação, pós-graduação e na contratação docente por concurso público. Além disso, o programa de Interculturalidade que tem sido elaborado e discutido a partir do pensamento indígena (por exemplo, Ferreira, 2023) e do projeto de EEI (Brasil, 2012) têm proposto novas relações étnico-raciais para o Brasil.

Estamos cientes de que essas instituições, como resultados do projeto de colonização, não foram feitas para contar com a presença de corpos historicamente excluídos dos sistemas de educação ou, quando foram incorporados, em uma proposta de subalternização e/ou de aculturamento. Levando em conta esse perverso contexto histórico, reafirmamos que a presença indígena na pós-graduação, e no PPGEDU/UFRGS em particular, representa uma retomada epistemológica, um ponto de inflexão sem precedentes na nossa história. Não podemos esquecer que se apostou, como parte das políticas de embranquecimento no Brasil, que até o ano 2000 os povos originários iriam desaparecer, diluídos no universo da *brancura do pensamento e da imaginação* (neo)colonial. Talvez, anos atrás, prospectar uma pessoa indígena como protagonista de estudos de graduação e pós-graduação no Brasil, ou ocupando o cargo de professor(a) na UFRGS, fosse apenas uma ideia distante, quase impossível de ser vislumbrada. Em 2026, os resultados do presente artigo não apenas ratificam a plenitude e a variedade de possibilidades que as epistemes indígenas trazem para a vida brasileira, como também contestam e desafiam os prognósticos equivocados do desaparecimento físico e intelectual dos indígenas.

Os povos racializados, considerados “*Os condenados da Terra*”, para lembrar o grande pensador do século XX, Frantz Fanon (1925-1961), vivem e resistem, e estão a construir uma outra história para o país, erigindo realidades não apenas para eles e elas,

mas para todas as pessoas. A pós-graduação, construída a partir do pensamento indígena, representa, assim, repensar o sistema de produção de conhecimento científico, tecnológico, filosófico e estético a partir de outras vivências e experiências, que têm na educação o seu lugar máximo de convergências; o lugar privilegiado para que, de fato, possamos seguir vivendo a vida a partir do pensamento crítico.

Para finalizar, pontuamos que precisamos seguir aprofundando a ideia de *intelectualidade indígena*, em sinergia com o que lideranças, e os mais velhos e mais velhas dos distintos povos, pensam sobre o assunto. A *fotografia* da produção de conhecimento criada e protagonizada por pesquisadores(as) indígenas no seio do PPGEDU/UFRGS revela que as intelectualidades indígenas só fazem sentido quando implicadas e comprometidas com a ética, a política e o senso mais profundo de coletividade, sem esquecer de que a própria presença na pós-graduação é *movimento indígena* que segue ouvindo as vozes da ancestralidade, em uma roda de conversa propositiva (Ferreira, 2023). As pesquisas realizadas no PPGEDU/UFRGS, por pessoas indígenas, não têm compromisso (somente) com as métricas do sistema ocidental, mas elas são, sobretudo, vivenciadas como disruptivas, como processos curativos das violências coloniais que seguem reverberando e nos atravessando a todo instante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de estudantes indígenas no PPGEDU/UFRGS, impulsionada pelas políticas de ações afirmativas, tem produzido efeitos significativos na universidade e para além dela. Como vimos ao longo deste estudo, não se trata apenas de garantir o acesso a espaços historicamente excludentes, mas de transformar as lógicas que sustentam esses espaços, reconfigurando o que se entende por ciência, pesquisa e formação acadêmica.

As produções analisadas revelam um conjunto expressivo de contribuições teóricas, metodológicas e ético-políticas que emergem de territórios, cosmovisões e lutas coletivas indígenas. A diversidade temática abrange desde a educação escolar diferenciada até a valorização das epistemologias ancestrais, passando por questões como território, identidade, saúde, políticas públicas, espiritualidade, memória e

resistência. Essa diversidade, longe de fragmentar o campo, o amplia e enriquece, oferecendo à universidade uma oportunidade concreta de se repensar a partir de outras racionalidades.

As trajetórias dos pesquisadores indígenas mapeados neste estudo demonstram que as ações afirmativas na pós-graduação não são apenas mecanismos de inclusão, mas dispositivos de enfrentamento ao racismo institucional e epistêmico e de valorização de saberes historicamente silenciados. Ao retomarem os espaços da pós-graduação, esses estudantes não apenas rompem barreiras institucionais, mas também constroem pontes entre universidade e comunidade, entre as ciências ocidentais e as ancestrais indígenas, entre pesquisa e compromisso coletivo.

É preciso reconhecer que essa presença ainda é recente e quantitativamente limitada, o que reforça a necessidade de políticas de permanência e de fortalecimento das ações afirmativas na pós-graduação. Por outro lado, mesmo sendo um número pequeno, os impactos formativos, políticos e epistêmicos dessas presenças são profundos e transformadores. Os pesquisadores indígenas egressos do PPGEDU/UFRGS têm não apenas regressado às suas comunidades de origem, como também têm continuado suas trajetórias acadêmicas em nível de Doutorado e/ou Pós-Doutorado, sendo aprovados em concursos públicos para professor universitário (caso de Bruno Ferreira Kaingang) e/ou exercido funções estratégicas em instituições estatais (caso de Bruno Ferreira Kaingang e Israel da Silva Pinheiro) que, historicamente, não contavam com essas presenças e, suas ausências, normalizadas no âmbito das políticas de morte perpetradas pelo Estado brasileiro ao longo de séculos.

Este artigo, vinculado ao projeto “Baobá: Inspirações para o Enraizamento de Políticas Afirmativas em Programas de Pós-Graduação”, busca contribuir com esse movimento ao visibilizar as vozes, os saberes e as produções de mestres e doutores indígenas que vêm fazendo da universidade, e da UFRGS em particular, um território de reexistência. Seus escritos e suas trajetórias apontam para a possibilidade real de construção de uma universidade plural, comprometida com a justiça cognitiva, com a equidade étnico-racial e com a dignidade dos povos originários.

A pós-graduação brasileira, historicamente um lugar privilegiado para pessoas brancas e para não indígenas, começa assim a reverberar o pensamento orgânico de distintos povos originários. Trata-se de um movimento singular, como parte das lutas históricas dos movimentos sociais, sobretudo os movimentos indígenas, pelo direito à educação diferenciada e de qualidade.

A presença indígena na pós-graduação é saudável para o sistema de produção de conhecimento das IES, construído até a atualidade, e também representa um passo importante para a consolidação da recém aprovada Universidade Federal Indígena (Unind), uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A Unind significa mais uma conquista histórica dos Movimentos Sociais Indígenas, que privilegia a formação de indígenas, nos níveis de graduação e pós-graduação, pautada na Interculturalidade e no fortalecimento das identidades, dos saberes e fazeres tradicionais dos povos indígenas em diálogo crítico com o sistema de conhecimento ocidental acadêmico que, historicamente, invisibilizou e menosprezou os conhecimentos indígenas (com raras exceções). A Unind é, a nosso ver, a materialidade das políticas de ações afirmativas e um dispositivo contra-hegemônico de lutas que seguem.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES/PDPG-Projeto nº 88887.913831/2023-00), “Baobá: Inspirações para o Enraizamento de Políticas Afirmativas em Programas de Pós-Graduação” (Edital CAPES Nº 17/2023 Abdias Nascimento).

REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, A. O racismo institucional e a retomada da UFRGS pelos povos originários. In: Lúcio Almeida. (Org.). **Racismo Institucional: o papel das instituições no combate ao racismo**. 1ed. Porto Alegre: Editora dos Autores, 2022.

ALVES-BRITO, A.; DA SILVA PINHEIRO, I.; DE ALMEIDA, D. H. Os tehêys Pataxóop e as belas palavras Guarani: educação e divulgação de ciências físicas e humanas (com) perspectivas indígenas. **Espaço Ameríndio**, v. 18, n. 2, p. 37–58, 2024. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/140668>. Acesso em: 4 Jun. 2026.

AMADO, L. H. E. **A oralitura e a escrita como instrumentos de luta**: os cantos sagrados do povo Terena. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2019.

BANIWA, G. S. L. A presença indígena nas universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 240, p. 13-32, 2014.

BANIWA, G. S. L. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. **Brasília**: Ministério da Educação; UNESCO; Museu Nacional LACED, 2006. (Série Vias dos Saberes, n. 1. ISBN 85-98171-57-3).

BERGAMASCHI, M. A. Povos indígenas, conhecimento e pesquisa: reflexões sobre epistemologia e produção de conhecimentos outros. **Brasília**: INESC, 2015.

BERGAMASCHI, M. A.; CALAZANS, M. E. Ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Education Policy Analysis Archives**, v. 32, n. 14, 12 mar. p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/8219>. Acesso em: 4 Jun. 2026.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education**: an introduction to theories and methods. Boston: Pearson, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar indígena na educação básica. Diário Oficial da União, **Brasília**: MEC, 2012.

FERREIRA, B. Epistemologias indígenas e pesquisa em educação escolar indígena. In: MÜLLER, Fábio; GONÇALVES, Marco (orgs.). **Saberes em diálogo**: epistemologias indígenas e pesquisa. Florianópolis: UFSC, p. 13-26, 2020.

FERREIRA, B. **Ũn si ag tú pē ki vėnh kajrānrān fā** = o papel da escola nas comunidades Kaingang. Porto Alegre: Cirkula, 2023.

KRENAK, A. **Conferência no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. USP, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PINHEIRO, I. S. **Arandu**: a pedagogia guarani das belas palavras. 2024. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Ed.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2000, p. 201-246.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

STORANI DE OLIVEIRA, F.; DEL PINO, J. C. A educação escolar indígena no Brasil: uma análise bibliométrica e avaliativa. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 29, n. 60, p. 1–24, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/6210/5251>. Acesso em: 4 Jun. 2026.

HISTÓRICO

Submetido: 08 de Set. de 2025.

Aprovado: 06 de Mai. de 2026.

Publicado: 05 de Set. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

PINHEIRO, I. S.; ALVES-BRITO, A. Retomada epistemológica: o protagonismo indígena no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 63, 2026, eISSN: 2526-8449